



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DE TRÊS LAGOAS
CURSO DE PEDAGOGIA

XX SEMANA DE EDUCAÇÃO

“Resistir e Humanizar: por uma pedagogia emancipadora”

04 a 06 de novembro de 2021



A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO RURAL À EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO: NA PERSPECTIVA VIVENCIADA DE UMA PROFESSORA

Maria Ângela Pereira Pedroso

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/ PARANAÍBA (SEMED/MS)

Kleide Ferreira de Jesus

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/CAMPO GRANDE (SEMED/MS)

O presente artigo apresenta a trajetória da educação do campo nas últimas décadas, da educação rural à educação do campo, por meio de história oral de uma professora que lecionou na década de 80. Objetivou-se conhecer as lutas, participações e as reivindicações feitas pelos movimentos sociais do campo, que muito contribuiu para as mudanças e melhorias, na educação no e do campo. Comparou-se a realidade vivenciada na fase da educação rural e da vivida atualmente na educação no e do campo, refletindo se esta transição ocorreu de fato e em que condições. A pesquisa baseou-se em revisão bibliográfica e história oral com abordagem qualitativa. Analisando a realidade da educação do e no campo na contemporaneidade, evidenciando as dificuldades que foram e ainda são encontradas pelos povos do campo na luta por uma educação de qualidade do e no campo.

Palavras-chave: Educação no e do campo, Educação Rural, Movimentos sociais.

Introdução

A educação do campo vem ao longo da história conquistando lugar na política nas esferas, Federal, Estadual e Municipal, nos últimos anos, os movimentos sociais organizados pelos trabalhadores, demonstram uma nova convicção para o campo, para os trabalhadores rurais fortalecendo essa classe nas demandas em torno da educação.

[...] o povo tem o direito de ser educado no lugar onde vive; [Do, pois] “o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais” (CALDART, 2002, p. 26).



O camponês e o Trabalhador rural eram vistos como arcaico, atrasado, a educação do campo valoriza o conhecimento social dos camponeses como lugar de moradia, trabalho, sociabilidade de identidade e como lugar de progresso com novas possibilidades de desenvolvimento sustentável.

Os movimentos sociais tiveram grande importância para educação do campo expressivamente os movimentos dos trabalhadores rurais Sem Terra [MST]. Buscando sempre iniciativa do poder público para educação e formação de profissionais para trabalhar nas escolas do campo. Essas lutas vêm trazendo certo progresso causando uma transformação, e quebrando preconceito quanto ao homem e a mulher do campo deixando de lado mitos criados ao longo da história favorecendo o desenvolvimento integral e englobando o homem do campo na atualidade sem quebrar o vínculo com a terra onde é seu habitar.

O presente estudo tem a finalidade de compreender a partir dos relatos de uma professora, o trabalho nas escolas do campo com a dita educação rural, um pouco da memória da década de 80, por meio de um regate da trajetória da educação rural à educação do campo mantendo sua narrativa. E mostrar de maneira peculiar, o cotidiano da comunidade, o lugar, as tradições e valores, possibilitando refletir sua prática pedagógica e demonstrar suas experiências vividas.

A trajetória da educação rural à educação do e no campo

O presente estudo utilizará a metodologia de pesquisa de história oral por meio de entrevista realizada com uma professora que a identificaremos apenas como “professora Maria” que lecionou, em escola rural na década dos anos 80, precisamente partir de 1983, a fim de compreender e analisar as mudanças ocorridas no decorrer do tempo até à educação do/no campo.

Falar do contexto da educação do campo; de modo que identifique seus sujeitos e suas trajetórias: lutas buscas e conquistas. De maneira sucinta conhecer como esta



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DE TRÊS LAGOAS
CURSO DE PEDAGOGIA

XX SEMANA DE EDUCAÇÃO

“Resistir e Humanizar: por uma pedagogia emancipadora”

04 a 06 de novembro de 2021



sendo formada a nova geração de educadores para a escola do campo, na realização do seu trabalho pedagógico, teórico e político, para os sujeitos que vivem e trabalham no campo.

Para que a escola do campo faça diferença na vida dos educandos e na complexidade de todo campo, uma educação do campo pra o povo do campo.

A educação do campo precisa ser uma educação específica e diferenciada, isto é, alternativa, mas sobretudo, de ser educação no sentido amplo de processo de formação humana, que constrói referências culturais e políticas para intervenção das pessoas e dos sujeitos na realidade, visando a uma humanidade mas plena e feliz (KOLLING, NERY, MOLINA, 1999, p.23-24).

A escola do campo, tem tido muitos avanços nos últimos anos, e para falar no progresso da escola do campo no Mato Grosso do Sul não podemos deixar de mencionar as lutas dos movimentos sociais que muito contribuiu para os avanços na educação no/do campo.

O Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) considera a educação como um caminho para tornar suas reivindicações realidade, reconhecendo a necessidade da formação dos profissionais que irão trabalhar nas escolas do campo, essas lutas vêm trazendo progresso causando transformações e mudando conceito em relação ao homem e a mulher do campo que antes eram vistos como Jeca Tatu, e o campo como um lugar de atrasados.

Com o apoio dos movimentos, como o MST, foram criados muitos projetos e comissões como a Pastoral da Terra em Mato Grosso do Sul. Importante salientar que a construção da proposta do ensino para o Campo foi realizado de forma conjunta, Associação dos Educadores de Colônias, Acampamentos e Assentamentos do Mato Grosso do Sul (AECAMS), Associação de Educação Católica (AEC), Movimento dos trabalhadores sem terra (MST), Comissão Pastoral da terra (CPT), juntos conseguiram grandes avanços para a educação em Mato Grosso do Sul.



Como consequência, em 1985 o governo do estado criou uma comissão para acompanhar as ações governamentais junto ao Sem Terra da região de Dourados, para isso convidou a Irmã Olga Monasso, Agente da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e professora estadual, a fim de assessorar as questões relacionadas a educação em Mato grosso do Sul o trabalho da irmã Olga buscava incentivar o surgimento de professores para atuarem nessa nova realidade, e por outro lado, trazia a necessidade de se pensar num projeto pedagógico diferenciado em relação ao ensino urbano (KUDLAVICZ, 2013).

A Comissão Pastoral da Terra (CPT), junto com os líderes de maneira progressiva empenhada na formação de indivíduos que participem da construção de sua própria história. Que hoje se vê uma escola do campo bem diferente da que nos conta a professora.

[...] Em um galpão, velho de madeira e chão batido, sem nenhuma infraestrutura lecionava em regime multisseriado, sendo uma sala que atendia vários alunos de idades e série diferente com um único professor, esse professor ministra aula para crianças de primeira a quarta série do ensino fundamental em uma mesma sala e conteúdos diferentes As dificuldades eram muitas tinha que dar aula cuidar da faxina e da merenda. A merenda não era suficiente para alimentar e sustentar as crianças, que a maioria era filhos de agregados de fazendas vizinhas e muitas crianças passavam necessidade. (DEPOIMENTO DA PROFESSORA MARIA, 2016)

Segundo CALDART (2004), a educação do campo se identifica pelo seu sujeito, é preciso compreender que, por trás de uma indicação geográfica e de dados estatísticos isolados, está uma parte do povo brasileiro que vive neste lugar com relações sociais específicas que compõem a vida no Campo, em suas diferentes identidades, estão famílias, comunidades, organizações e movimentos sociais. A Perspectiva da Educação do campo é exatamente a de Educar as pessoas que



trabalha no campo para que se encontrem, se organizem e assumam a condição de sujeito do seu próprio destino.

Trata-se de uma educação que não é especificamente para os sujeitos do campo. Feita assim, por meio de políticas públicas mais construídas com os próprios sujeitos dos direitos que as exigem. A afirmação deste traço que, na história do Brasil, toda vez que houve alguma sinalização de políticas educacional ou de projeto pedagógico específico isto foi feito para o meio rural e muito poucas vezes com os, ou ainda menos, pelos sujeitos do campo. Além de não reconhecer o povo do campo como sujeito da política e da pedagogia, sucessivos governos tentaram sujeitá-lo a um tipo de educação domesticadora e atrelada a modelos econômicos perversos.

Podemos verificar que a educação rural “está na base do pensamento latifundialista empresarial, do assistencialismo, do controle político sobre a terra e as pessoas que nela vivem” (FERNANDES; MOLINA, 2004, p. 62), diferente da proposta da educação do campo, que tem uma premissa dos movimentos sociais, que considera as especificidades do povo do campo e o considero ator social, porém com desafios a serem superados.

Este é um traço do projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo que não podemos perder jamais, porque estamos diante de uma grande novidade histórica: a possibilidade efetiva de os Camponeses assumirem a condição de sujeito de seu próprio projeto educativo; de aprenderem a pensar seu trabalho, seu lugar, seu país e sua educação. É a concretização da Pedagogia do Oprimido (FREIRE, 1987), talvez entre seus sujeitos mais legítimos.

E precisamos ainda nos empenhar na reflexão da implementação do projeto da Educação do campo, em que debate sobre pedagogia e metodologia que trabalhem a capacitação real do povo para sua atuação como sujeito; da construção de políticas públicas, de construção de projetos de desenvolvimentos, de sua organização coletiva e de suas lutas sociais, da reflexão política e da reflexão pedagógica sobre o seu próprio processo de formação como sujeito.



Na educação rural conforme descrita pela professora entrevistada observa-se que existem muitas falhas como: as dificuldades do conteúdo ser inadequado ao contexto, à precariedade de material, a falta de incentivo dos pais, os problemas relacionados ao acesso, locomoção, transporte escolar, a deficiente formação do professor, baixo rendimento e expressiva evasão escolar.

Nesta perspectiva a professora entrevistada relata as condições de trabalho do período que ministrava aulas na então chamada Educação Rural.

Muitas dessas crianças enfrentavam dificuldades para chegar até a escola, não havia transporte iam a pé ou a cavalo, e muitas delas moravam quilômetros de distância e isso causava cansaço e desgaste físico às crianças. Que para ajudar o seu esposo cultivava mandioca e também doava leite para complementar e enriquecer a merenda das crianças. (DEPOIMENTO DA PROFESSORA MARIA, 2016)

O conceito de educação Rural esteve associado a uma educação precária, atrasada, com pouca qualidade e poucos recursos. Tinha como pano de fundo o espaço rural visto como inferior arcaico. Os tímidos programas de que ocorrem no Brasil para educação Rural foram pensados elaborados para o povo do campo sem sua participação, prontos para eles. A educação rural, em suas correntes mais conservadoras, tem uma visão exterior que ignora a própria realidade que se propõe trabalhar.

Os formatos dados à educação rural deveriam contemplar a aprendizagem de saberes universal e sobre o local onde vivem os alunos, para que eles tenham condições de escolher se permanecem ou não na zona rural, porém não é desta forma que ocorre.

Conforme Baptista (2003):



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DE TRÊS LAGOAS
CURSO DE PEDAGOGIA

XX SEMANA DE EDUCAÇÃO

“Resistir e Humanizar: por uma pedagogia emancipadora”

04 a 06 de novembro de 2021



A educação rural nunca foi alvo de interesse dos governantes, ficando sempre relegado ao segundo ou terceiro plano, “apêndice” da educação Urbana. Foi e é uma educação que se limita a transmissão dos conhecimentos já elaborado e levado aos alunos da zona rural com a mesma metodologia usada nas escolas da cidade. (BAPTISTA, p.20, 2003)

A educação Rural projeta um território alienado porque propõe para os grupos sociais que vivem do trabalho da terra, um modelo de desenvolvimento que os expropria.

A perspectiva salvaçãoista dos patronatos prestava-se muito bem ao controle que as elites pretendiam exercer sobre os trabalhadores diante das suas ameaças: quebra a quebra da humano, quebra da harmonia e da ordem nas cidades e baixa produtividade no campo. De fato a tarefa educativa destas instituições unia interesses. Nem sempre aliados, particularmente os setores Agrário e industrial, na tarefa educativa de salvar e resgatar os trabalhadores, eliminando, à luz do modelo de cidadão sintonizado com a manutenção da ordem vigente, os vícios que poluíram suas Almas. Esses entendimentos, como se vê, associava educação e trabalho, e encarava este como Purificação e disciplina, superando a ideia original que é considerada uma atividade degradante (KOLLING, CERIOLI, p. 54, 2002).

Enquanto a educação do campo vem sendo criada pelos povos do campo, a educação rural é resultado de um projeto criado para a população do campo, de modo que existem paradigmas distintos do mesmo projeto que se referem ao mesmo território. Duas diferenças básicas desses paradigmas são o espaço onde são construídos e seus protagonistas.

Por esta razão é que afirmamos que a educação do campo esta sendo construída por grupos sociais vinculados a movimentos sociais que buscam a autonomia do povo do campo e que rompe com o paradigma da educação rural, cuja referência é a do



produtivismo, ou seja, o campo somente como lugar de produção e de mercadorias e não como espaço de vida.

Para a professora só era possível que as aulas continuassem por que: “muitos professores vinham no começo da semana e os pais ofereciam hospedagem em suas casas para que seus filhos pudessem estudar e permanecer ali no campo”. (PROFESSORA MARIA, 2016).

Ainda nos relatos da professora ficam claras as dificuldades para alfabetizar:

A maioria do país era analfabeta e isso dificultava ainda mais o aprendizado das crianças, os pais não ajudavam no dever de casa. Era também um desafio muito forte para a professora por que existia por parte da família uma compreensão de que o trabalho era fundamental para a formação da criança. E acabava acontecendo à evasão escolar porque não havia nenhum tipo de política pública para atender, dar suporte para a criança e para a família. (DEPOIMENTO PROFESSORA MARIA)

As principais dificuldades elencadas pela professora entrevista demonstram a precariedade estrutural e metodológica que a educação rural perpassava, e que mesmo com tantos obstáculos o ensino no campo era realizado, numa perspectiva que mais os afastavam do campo, pois os que tinham a consciência da importância de se adquirir conhecimento, logo migravam para as cidades.

A educação rural e até mesmo a do campo utiliza-se de práticas pedagógicas que por sua vez devem compreender que a educação é um processo histórico e social, considerando as relações oriundas do contexto social e educacional fruto da interação estabelecida pelos sujeitos em dado espaço e tempo.

Uma destas práticas pedagógicas utilizada são as classes multisseriadas em que agrega todos os alunos matriculados na unidade escolar independente dos níveis de



aprendizagem em uma mesma sala, sob a responsabilidade de um único professor, estruturada em série, ano e ciclo.

A classe multisseriada é um tipo de organização que se faz possível trabalhar porque para a escola rural da época não tinha profissionais para atender adequadamente cada série separada não era a falta de alunos era a falta de profissionais e de políticas públicas voltadas para a escola rural. As classes multisseriadas era a única forma para as crianças serem alfabetizadas principalmente o filho do pobre, do agregado por que o filho do fazendeiro na maioria das vezes era mandado para frequentar as escolas das cidades se não fosse assim o analfabetismo seria muito maior. (DEPOIMENTO PROFESSORA MARIA, 2016).

A metodologia utilizada fundamenta-se na realidade do campo, por meio de materiais disponíveis no espaço em que ocorre, aproveitando os conhecimentos que este povo tem neste determinado local em que vivem.

Outra dificuldade para o professor e para o aluno, tínhamos um livro de língua portuguesa a cartilha da infância e a antiga tabuada de matemática era insuficiente para os alunos adquirirem todo o conhecimento e desenvolvimento escolar, a professora disse que tinha que se desdobrar para desenvolver sua metodologia didática para transmitir da melhor maneira possível seus conhecimentos para que seus alunos pudessem absorver o máximo das matérias. Não havia nenhuma ela molhava o estêncil com o álcool para tirar xerox. Um certo dia seu esposo a presenteou com um mimeógrafo que a deixou muito feliz, que para ela representou o computador nos dias de hoje, sua alegria foi imensa facilitou muito seu trabalho, conta ela que vinha a cidade cada bimestre para fazer diário e esse diários era dividido em séries e especial para a sala multisseriado. Olha que nessa época a escola já havia passado por várias mudanças disse a professora. Mas faltavam políticas públicas voltadas para educação do meio Rural. E quando chegava algum material didático era sobra dos alunos da cidade, e já chegavam sucateados. (DEPOIMENTO PROFESSORA MARIA, 2016)



As dificuldades em realizar o planejamento nas escolas que trabalham com salas multisseriadas são muitas, como descreve a entrevistada, porém a educação rural cumpriu seu papel de assegurar a educação para população que vivia no campo, atualmente a luta é para que esta educação ofertada no campo seja de qualidade e atendendo as especificidade e necessidades destes.

Avanços e desafios para uma educação do/no campo

A educação para a população do campo nunca teve políticas públicas voltadas para esse público, mas com afinho, coragem e determinação de um povo que persiste em manter suas raízes fincadas ao solo, e manter sua cultura buscando uma educação voltada para o campo, com metodologia apropriada que atende a necessidades e interesses dos alunos do campo. Para valorizar o conhecimento e saberes local é necessário termos um currículo que de ênfase a permanência dos estudantes no meio rural.

Segundo Arroyo (2004) a trajetória dos movimentos sociais do campo traz avanço e consciência de uma educação com direito público que se contrapõe a uma educação rural que reproduz o uso privado do que é público, e atrela a educação do mercado. E isso nos instiga a pensarmos que o reconhecimento da educação como política pública implica nas potencialidades e desenvolvimento do campo, construído a partir da luta camponesa, com toda a sua especificidade, singularidade, mas também com sua diversidade e suas tensões.

Os movimentos sociais conquistaram espaço na educação do Campo e tem avançado ao longo do tempo, evoluindo, já se fala em políticas públicas que contribui para a particularidade dos povos do campo, temos as diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo. Hoje se faz educação pensando no sujeito do campo respeitando sua identidade e pensando em uma nova formação para o sujeito, a educação precisa formar e mudar o ser humano e temos que estar atento e não admitir, mas o atraso, fazer acontecer de maneira sucinta essas leis que estão claras na Constituição Brasileira.



Com política séria podemos contribuir para a nova Educação do campo de Mato Grosso do Sul, tirar a educação da marginalidade e da precariedade que vem ao longo do tempo, transformar o sujeito camponês em pessoas com conhecimento capaz de construir políticas públicas criar construir e desenvolver projetos importantes para o avanço no debate da Educação do campo de Mato Grosso do Sul.

Precisamos ter consciência de que educação do campo precisa manter sua cultura, o trabalho, tradições e sua identidade, e não pode perder de forma alguma isso nos projetos políticos pedagógicos da Educação do Campo.

Está claro nas alterações propostas na lei de diretrizes e bases da Educação Nacional LDB de 1996. A LDB em seu artigo 28 estabelece as seguintes normas para a educação do campo: Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I- conteúdos curriculares e metodologia apropriada às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II- organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III- adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 1996).

Segundo Molina e Fernandes (2004), os povos do campo e da floresta tem como base da sua existência o território, onde reproduzem as relações sociais que caracterizam sua identidade e que possibilitam a permanência na terra, E neste grupo há forte centralidade da família na organização, não só das relações produtivas, mas da cultura, do modo de vida. Esses grupos sociais para se fortalecerem, necessitam dos projetos políticos próprios de desenvolvimento sócio econômico, cultural e ambiental. E a educação é parte essencial desse processo.

Para Molina (2004), além da infraestrutura, do acesso e da formação, há outros pilares que precisam ser priorizados. A autora defende que o ensino no meio rural englobe não somente os saberes universalmente produzidos, mas contemple o



conhecimento local, dos meios de produção e das comunidades nas quais as escolas estão inseridas.

O movimento por uma educação do campo concebe o campo como espaço de vida e residência, onde camponeses lutam por acesso e permanência na terra e para edificar e garantir o respeito às diferenças quanto realização como a natureza, o trabalho, a cultura e suas relações sociais. Esta concepção educacional não está sendo construída para os trabalhadores rurais, mas por eles, com eles, camponeses. Um princípio da Educação do campo é que Sujeitos da educação são sujeitos do campo: pequenos agricultores, quilombolas, indígenas, pescadores, camponeses, assentados, e reassentados, ribeirinhos, povos da flor das florestas, caipiras, lavradores, roceiros, sem-terra, agregados, caboclos, meeiros e boias-frias.

A educação do campo pensa o campo em sua gente, seu modo de vida, e de organização do trabalho e do espaço geográfico, dessa organização política e de suas identidades culturais, suas festas seus conflitos. Predominantemente, a educação rural pensa o campo apenas como espaço de produção, as pessoas são vistas como “recursos” humanos. (GOMES NETO, 1994).

Conforme afirma Edla de Araújo Lira Soares, relatora das Diretrizes Operacionais para a educação básica do Campo: “A propósito da educação rural, não se observa, mais uma vez, a inclusão da população na condição de protagonista de um projeto social Global” (KOLLING, CEROLI, 2002 p.72).

E essa escola que está sendo construída e pensada traz um horizonte com diferentes expectativas para a educação do campo. Um tempo novo onde os educadores e os educandos encontrem suporte político para uma escola inovadora, que ofereça o necessário e igualdade para essa gente que tanto busca o reconhecimento e um suporte diferente que nos contou a professora.

Historicamente a educação do campo vem tendo melhorias e avanços significativos. Mas para que o povo do campo permaneça no campo é preciso ainda programas do Governo Federal que venha valorizar o ensino e a diversidade cultural.



Os quais podem desencadear um processo educativo cada vez maior e uma educação do campo mais justa e de qualidade.

Considerações finais

Esperamos com a conclusão deste trabalho, podemos motivar o público leitor a refletir sobre a educação do Campo. Enfim o Brasil é formado por um número grandioso de municípios e distritos que são dependentes da Educação do campo, que se torna dependente da política pública para manter os valores da cultura e da vida camponesa. Que seja o momento de trabalhar, discutir, indagar e debater a Educação do Campo. Com proposta para aprofundar a compreensão científica pedagógica, que seja transformadora que o trabalho para educação do Campo inquiete os governantes para que tragam melhoria para educação e melhorias para a vida do sujeito do Campo.

É fundamental formar esse sujeito com postura crítica e que a educação seja o motivo central de mudança. Que juntos podemos reforçar e transformar através de ideias e projetos. A educação do campo tem tido um desenvolvimento significativo nos últimos tempos mas é preciso que tenhamos ânimo para dar continuidade e contribuirmos para um campo com igualdade Educativa e sem descaracterização da cultura camponesa.

Referências

ARROYO, Miguel G; CALDART, Roseli S; MOLINA, Mônica C; (orgs.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BAPTISTA, Francisca Maria Carneiro. **Educação Rural**: das experiências à política pública. Brasília-DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural-NEAD, 2003.

CALDART, Roseli S. **Por uma educação do campo**: traços de uma identidade em construção. Caderno 4. Brasília: Articulação Nacional “Por Uma Educação Do Campo”, 2002.

CALDART, Rosely, S. **Pedagogia do movimento Sem-Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DE TRÊS LAGOAS
CURSO DE PEDAGOGIA

XX SEMANA DE EDUCAÇÃO

"Resistir e Humanizar: por uma pedagogia emancipadora"

04 a 06 de novembro de 2021



FERNANDES, Bernardo Maçano; CERIOLI, P.; CALDART, R.S. **Diretrizes de uma caminhada.** In: ARROYO, M.G; CALDART, R.S.; MOLINA, M.C. Por uma educação do campo. Petrópolis: Vozes, 2004.

FERNANDES, Bernardo Maçano. **Os campos da pesquisa em Educação do Campo:** espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA, Mônica Castagna. Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão. Brasília/MDA, 2006.

GOMES NETO, João Batista F. et. el. **Educação Rural:** lições do EDURURAL. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: 1994.

KOLLING, Edgar Jorge; NÉRY, Ir; MOLINA, Mônica Castagna (ORG). **Por uma educação básica do campo (memória).** Brasília: Editora Universidade Brasília, 1999. (Coleção Por uma Educação Básica do campo, nº 1).

KUDLAVICZ, Mieczslau. **II Pesquisa Nacional Sobre a Educação na Reforma Agrária.** Relatório da Superintendência Regional de Mato Grosso do Sul – SP 16/MS. Mato Grosso do Sul: Incra; MDA, 2013.

MOLINA, Mônica Castagna e JESUS, Sônia Meire Azevedo de. **Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo.** Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2004.

SOUZA. Maria Antônia. **EDUCAÇÃO DO CAMPO:** políticas, práticas pedagógicas e produção científica. Educ. Soc., Campinas, vol. 29, n. 105, p.

1089-1111, set./dez. 2008 disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/es/v29n105/v29n105a08.pdf>. Acesso em 10/06/2016